

Maio 2022

NOVIDADES (FISCAIS)



Regime extraordinário - Contribuições para a Segurança Social

Foi publicada, no Diário da República n.º 85/2022, Série I de 2022-05-03, a Portaria n.º 141/2022 que estabelece o regime extraordinário de diferimento do pagamento de contribuições para a segurança social e alargamento do regime complementar de diferimentos de obrigações fiscais no primeiro semestre de 2022.

<https://files.dre.pt/1s/2022/05/08500/0000200004.pdf>

AT - Donativos em dinheiro e espécie

Foi divulgado, no Portal das Finanças, uma nota sobre o tratamento fiscal dos donativos em dinheiro e espécie.

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/destaques/Paginas/Donativos_Tratamento_fiscal.aspx

COVID-19 - Situação de alerta

Foi publicada, no Diário da República n.º 87/2022, Série I de 2022-05-05, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 41-C/2022 que prorroga a declaração da situação de alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

<https://files.dre.pt/1s/2022/05/08702/0000200002.pdf>

Segurança Social - Medidas de apoio aos trabalhadores independentes e empresas

Foi divulgado, no Portal da Segurança Social, quais as medidas de apoio aos trabalhadores independentes e empresas, relativamente a diferimentos do pagamento de contribuições.

https://www.seg-social.pt/noticias/-/asset_publisher/kBZtOMZgstp3/content/medidas-de-apoio-aos-trabalhadores-independentes-e-empresas

ISP – Revisão e fixação

Foi publicada, no Diário da República n.º 88/2022, Série I de 2022-05-06, a Portaria n.º 141-B/2022 revê e fixa os valores das taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos.

<https://files.dre.pt/1s/2022/05/08801/0000200003.pdf>

Sistema de incentivos - Apoiar as Indústrias Intensivas em Gás

Foi publicada, no Diário da República n.º 92/2022, Série I de 2022-05-15, a Declaração de Retificação n.º 15/2022 que retifica a Portaria n.º 140/2022, de 29 de abril, que aprova a lista de códigos de atividade elegíveis no âmbito de Sistema de Incentivos “Apoiar as Indústrias Incentivas em Gás”.

<https://files.dre.pt/1s/2022/05/09200/0000500005.pdf>

Apoio excecional - Agricultura

Foi publicado, no Diário da República n.º 93/2022, Série II de 2022-05-13, o Despacho n.º 5905/2022 que cria um apoio excecional de crise, sob a forma de subsídio reembolsável, dirigido aos agricultores, até ao montante de € 500 000 000.

https://files.dre.pt/2s/2022/05/093000000/000540005_5.pdf

AT - Pedido de reembolso do IVA às ilhas Canárias, Ceuta e Melilla, territórios do Reino de Espanha

A Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) publicou no Portal das Finanças, uma notícia relativamente ao pedido de reembolso do IVA às ilhas Canárias, Ceuta e Melilla, territórios do Reino de Espanha.

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/destaques/Paginas/Pedido_Reembolso_IVA_13_05_2022.aspx

ISP – Revisão e fixação dos valores das taxas do imposto

Foi publicada, em Diário da República n.º 93/2022, Série I de 2022-05-13, a Portaria n.º 145-A/2022 que revê e fixa os valores das taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos.

<https://files.dre.pt/1s/2022/05/09301/0000200002.pdf>

ISP – Revisão e fixação dos valores das taxas do imposto

Foi publicada, em Diário da República n.º 98/2022, Série I de 2022-05-20, a Portaria n.º 151-A/2022 que revê e fixa os valores das taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos.

<https://files.dre.pt/1s/2022/05/09801/0000200003.pdf>

Retribuição mínima mensal garantida – Região Autónoma dos Açores

Foi publicado, em Diário da República n.º 99/2022, Série I de 2022-05-23, o Decreto Legislativo Regional n.º 9/2022/A que consiste na décima sétima alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional.

<https://files.dre.pt/1s/2022/05/09900/0000400011.pdf>

SS – Isenção no setor agrícola

Foi publicada, em Diário da República n.º 100/2022, Série I de 2022-05-24, a Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2022/A que cria a isenção de pagamento de contribuições para a segurança social no setor agrícola.

<https://files.dre.pt/1s/2022/05/10000/0001900020.pdf>

Incentivos financeiros para a aquisição de sistemas solares fotovoltaicos – Região Autónoma dos Açores

Foi publicado, em Diário da República n.º 101/2022, Série I de 2022-05-25, o Decreto Legislativo Regional n.º 12/2022/A que estabelece a atribuição de incentivos financeiros para a aquisição de

sistemas solares fotovoltaicos a instalar na Região Autónoma dos Açores, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, designado por Solenerge.

<https://files.dre.pt/1s/2022/05/10100/0000700012.pdf>

Medida de Apoio ao Regresso de Emigrantes a Portugal

Foi publicada, em Diário da República n.º 102/2022, Série I de 2022-05-26, a Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 5/2022/M referente ao requerimento de declaração de inconstitucionalidade sobre normas constantes da Medida de Apoio ao Regresso de Emigrantes a Portugal, no âmbito do Programa Regressar.

<https://files.dre.pt/1s/2022/05/10200/0000900018.pdf>

Prorrogação dos prazos da declaração Modelo 22

Foi divulgado, no Portal das Finanças, o Despacho n.º 49/2022, de 24/05 estabelece a prorrogação dos prazos relativos à obrigação de entrega da declaração periódica de rendimentos de IRC (declaração Modelo 22 - período de tributação de 2021) e respetivo pagamento, bem como da aceitação de faturas em PDF.

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/legislacao/Despachos_SEAF/Documents/Despacho_S_EAAF_49_2022_XXIII.pdf

CNC – FAQ 49 – Setor Público

A Comissão de Normalização Contabilística divulgou a FAQ 49 para o setor público, relativa ao reconhecimento das transferências de capital obtidas consignadas a despesas com transferências de capital, ou seja, para investimentos que não os da própria entidade (entidades intermediárias).

https://www.cnc.min-financas.pt/faqs_publico.html

ISP – Revisão e fixação dos valores das taxas do imposto

Foi publicada, em Diário da República n.º 103/2022, Série I de 2022-05-27, a Portaria n.º 152-A/2022 que revê e fixa os valores das taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos.

<https://files.dre.pt/1s/2022/05/10301/0000200003.pdf>

COVID-19 – Situação de alerta

Foi publicada, em Diário da República n.º 104/2022, Série I de 2022-05-30, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2022 que prorroga a declaração da situação de alerta no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

<https://files.dre.pt/1s/2022/05/10400/0002500025.pdf>

LGT - Obrigação tributária subsidiária

Foi publicado, em Diário da República n.º 104/2022, Série II de 2022-05-30, o Acórdão (extrato) n.º

275/2022, do Tribunal Constitucional, que julga inconstitucional a norma contida nos artigos 24.º, n.º 1, alínea b), e 29.º, n.º 2, da Lei Geral Tributária, interpretados no sentido de a obrigação tributária subsidiária ser transmissível em caso de sucessão universal por morte, quando a reversão é determinada após o falecimento do administrador, diretor ou gerente do devedor originário, contra os respetivos sucessores, onerando-os, assim, com a prova de que a falta de pagamento não é imputável ao falecido.

<https://files.dre.pt/2s/2022/05/104000000/0016900169.pdf>

RCPITA – LGT - Crime de fraude fiscal

Foi publicado, em Diário da República n.º 104/2022, Série II de 2022-05-30, o Acórdão (extrato) n.º 279/2022, do Tribunal Constitucional, no qual não julga inconstitucional a norma resultante da interpretação do disposto nos artigos 61.º, n.º 1, alínea d), e 125.º do Processo Penal, no sentido de que os documentos obtidos por uma inspeção tributária, ao abrigo do dever de cooperação imposto nos artigos 9.º, n.º 1, do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária e Aduaneira, e 59.º, n.º 4, da Lei Geral Tributária, ocorrida previamente à instauração da fase de inquérito, podem posteriormente vir a ser usados como prova em processo criminal pela prática do crime de fraude movido contra o contribuinte.

<https://files.dre.pt/2s/2022/05/104000000/0016800168.pdf>

Segurança Social - Prorrogação do prazo para apresentação das contas relativas ao ano de 2021

Foi publicada no Portal da Segurança Social uma notícia pela qual se informa que foi enviada para publicação, a Portaria que prorroga até 30 de junho de 2022, o prazo para apresentação das contas relativas ao ano de 2021 aos serviços do Instituto da Segurança Social, I.P., com produção de efeitos a 31 de maio de 2022.

https://www.seg-social.pt/noticias/-/asset_publisher/kBZtOMZgstp3/content/prorrogaao-do-prazo-para-apresentacao-das-contas-relativas-ao-ano-de-2021

IVA - República Checa - medida especial (art.º 287.º)

Foi publicada, no Jornal Oficial da União Europeia L 151/66, de 2022-06-02, a Decisão de Execução (EU) 2022/865 do Conselho de 24 de maio de 2022 que autoriza a República Checa a aplicar uma medida especial em derrogação do artigo 287.º da Diretiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado.

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32022D0865&from=PT>

Instruções Administrativas

Ofício Circulado nº	Data	Assunto
15893	03/05/2022	Exportação de bens culturais. Ref. ^a CIRC. 39/2011E 85/2011 EXDGAIEC
15895	13/05/2022	STADA - Importação - remessas de baixo valor - atualização do manual
15896	20/05/2022	Taxas de câmbio para a determinação do valor aduaneiro
30247	13/05/2022	IVA - Serviços de nutrição prestados em ginásios ou em outros estabelecimentos desportivos
55003	05/05/2022	Modelo 57 - adicional sobre o setor bancário (ASSB) - esclarecimento - ano do adicional

Informações vinculativas

Disponibilizada em:	Diploma	Artigo	Vinc. N.º	Assunto
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTOS DAS PESSOAS SINGULARES				
02/05/2022	CIRS	101.º	4339/2017	Retenção na fonte - Faturas-recibo emitidas por administrador de insolvência
02/05/2022	CIRS	78.º-E	96/2016	Rendas de habitação social
02/05/2022	CIRS	74.º-A, 119.º	4394/2019	DMR - Alteração de rendimentos decorrentes de reclamação de créditos
02/05/2022	CIRS	72.º, 81.º	2639/2019	Atividade de Elevado Valor Acrescentado - Piloto de aviões e operador de sistemas de aviões

Disponibilizada em:	Diploma	Artigo	Vinc. N.º	Assunto
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTOS DAS PESSOAS SINGULARES				
02/05/2022	CIRS	51.º	3918/2019	Construção de um Furo Artesiano em parte rústica de prédio misto
02/05/2022	CIRS	46.º	547/2019	Mais-Valias imobiliárias - Valor de aquisição de imóvel resultante de destaque
02/05/2022	CIRS	31.º	2597/2019	Enquadramento do exercício de atividade na área da engenharia
02/05/2022	CIRS	12.º	3338/2017	Tributação de prémio atribuído em concurso por Fundação
02/05/2022	CIRS	10.º, 73.º	4131/2017	Permutas de partes sociais - Exclusão da tributação prevista no n.º 8 do artigo 10.º do CIRS
02/05/2022	CIRS	10.º, 44.º, 45.º, 46.º e DL n.º 442-A/88, de 30/11	2148/2017	Alienação de imóvel em compropriedade - Nua propriedade adquirida onerosamente e usufruto adquirido gratuitamente por óbito dos usufrutuários (consolidação) - Valores e datas a considerar
02/05/2022	CIRS	10.º	3231/2017	Alienação de imóvel - Constituição de propriedade horizontal no período em que vendeu o usufruto
02/05/2022	CIRS	10.º	4404/2017	Mais-valias imobiliárias - Regime especial consignado no artigo 11.º da Lei n.º 82-E/2014, de 31-12-2014
02/05/2022	CIRS	5.º, 10.º, 71.º, 81.º	755/2018	Residentes não habituais - Enquadramento de rendimentos pagos por SICAV
02/05/2022	CIRS	5.º, 7.º, 51.º, 55.º, 72.º, 128.º	798/2018	Pensão paga pela Comissão Europeia; reporte de menos-valias; juros obtidos no estrangeiro
02/05/2022	CIRS	4.º, 10.º	2213/2017	Contrato de comodato - Afetação de imóvel a atividade de alojamento local
02/05/2022	CIRS	3.º	3453/2017	Enquadramento e retenção na fonte - CAE 82110 "Atividades combinadas de serviços administrativos"
02/05/2022	CIRS	2.º, 99.º	1223/2017	Agente de execução - Obrigatoriedade de entregar a retenção na fonte

Disponibilizada em:	Diploma	Artigo	Vinc. N.º	Assunto
RELAÇÕES INTERNACIONAIS				
23/05/2022	CDT Espanha	15.º	4900/2021	Contrato de trabalho a termo incerto sujeito ao Código de Trabalho
23/05/2022	CDT Espanha	15.º, n.º 3	7018/2021	Tributação de não residentes em Portugal, piloto aviação
23/05/2022	CDT Espanha	15.º	5942/2021	Tributação de não residentes em Portugal por empresa estrangeira
23/05/2022	CDT Espanha	15.º, n.º 4	9592/2021	Estatuto de trabalhador transfronteiriço
23/05/2022	CDT Estados Unidos da América	22.º	6762/2021	Rendimentos provenientes de trabalho de investigação Pós-doutoramento, pago por universidade americana
23/05/2022	CDT Estados Unidos da América	21.º	2819/2021	Rendimentos de pensões

Disponibilizada em:	Diploma	Artigo	Vinc. N.º	Assunto
CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSAÇÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS				
11/05/2022	CIMT e CIS	1.º	21 157 e 21 158	<p>1 - CIMT</p> <p>a) Partilha por divórcio ou hereditária - excesso de quota parte em imóveis - facto tributário ficcionado;</p> <p>b) Não sujeição a IMT pela adjudicação ao ex-cônjuge do excesso da quota-parte resultante de ato de partilha por dissolução do casamento ou partilha por divórcio.</p> <p>2 - CIS</p> <p>a) O excesso de meação em bens imóveis na partilha constitui facto tributário sujeito a Imposto do Selo da verba 1.1 TGIS (cf. Circular n.º 10/2009).</p> <p>b) Valor tributável para efeitos de Imposto do Selo é calculado nos termos dos artigos 12.º, n.º 1 e n.º 4, regra 11.ª do CIMT.</p>
11/05/2022	EBF	60.º, n.º 1, al. a) e b) e n.º 8	22 115	Cisão de empresas; isenção de IMT e de IS; elementos constantes do n.º 8 da norma.
11/05/2022	CIMT	2.º	21 817	Sujeição



Acórdãos TJUE

Proc:	Data	Nome	Matéria	Assunto
C-218/21	05/05/2022	DSR - Montagem e Manutenção de Ascensores e Escadas Rolantes, S.A.	IVA	Reenvio prejudicial – Fiscalidade – Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Taxa – Disposições temporárias relativas a determinados serviços com grande intensidade do fator trabalho – Anexo IV, ponto 2 – Reparação e renovação em residências particulares – Aplicação de uma taxa reduzida de IVA aos serviços de reparação e manutenção de elevadores de imóveis afetos à habitação
C-556/20	12/05/2022	Schneider Electric SE	Regime fiscal comum aplicável às sociedades- mãe e sociedades afiliadas de Estados- membros diferentes	Reenvio prejudicial – Aproximação das legislações – Diretiva 90/435/CEE – Regime fiscal comum aplicável às sociedades-mãe e sociedades afiliadas de Estados-membros diferentes – Artigo 4.º e artigo 7.º, n.º 2 – Prevenção da dupla tributação económica dos dividendos.
C-714/20	12/05/2022	U.I. (Représentant en douane indirect)	IVA	Reenvio prejudicial – União aduaneira – Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Artigo 201.º – Devedores do imposto – IVA na importação – Código Aduaneiro da União – Regulamento (UE) n.º 952/2013 – artigo 77.º, n.º 3 – Responsabilidade solidária do representante aduaneiro indireto e da sociedade importadora – Direitos aduaneiros.